



CONSERVAÇÃO EM CICLO CONTÍNUO

Como gerar recursos com a natureza e garantir a sustentabilidade financeira de RPPNs





Autor

Flávio Ojidos

Coautores

Claudio Valladares Padua e Angela Pellin

CONSERVAÇÃO EM CICLO CONTÍNUO

**Como gerar recursos com a natureza e garantir a
sustentabilidade financeira de RPPNs**

São Paulo
2018



ESSENTIAL
IDEA
E D I T O R A

Este livro é uma publicação da ESSENTIAL IDEA EDITORA

www.essentialidea.com.br - © 2018, 1.ª edição.

Edição

Rogério Raupp Ruschel e Sonia Fonseca

Revisão

Samia Nascimento Sulaiman

Tradução do inglês

Bruno Mattos

Design e arte de capa

Luiz Antonio Gonçalves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ojidos, Flávio

Conservação em ciclo contínuo : como gerar recursos com a natureza e garantir a sustentabilidade financeira de RPPNs / Flávio Ojidos, coautores Claudio Valladares Padua e Angela Pellin. -- São Paulo : Essential Idea Editora, 2018.

1. Conservação da natureza 2. Desenvolvimento sustentável - Aspectos ambientais 3. Ecologia 4. Economia ambiental 5. Meio ambiente - Aspectos econômicos 6. Responsabilidade ambiental 7. Sustentabilidade I. Valladares Padua, Claudio. II. Pellin, Angela. III. Título.

ISBN 978-85-64543-10-2

18-18236

CDD-333.7




ESSENTIAL
IDEA
E D I T O R A





AGRADECIMENTOS

Nossos sinceros agradecimentos a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta obra. Agradecemos especialmente aos proprietários de RPPN e a todos os voluntários que, mesmo sem ter uma RPPN, atuam incansavelmente em prol desse inspirador movimento conservacionista.



NOTAS

Esta obra foi concebida no âmbito do Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável, da Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade do Instituto de Pesquisas Ecológicas – ESCAS/IPÊ, e finalizado em maio de 2017, com a participação dos professores doutores Claudio Valladares Padua, Sonia Maria Pereira Wiedmann, Carlos Alberto Bernardo Mesquita e Angela Pellin.

Posteriormente as oportunidades de geração de recursos descritas neste livro foram apresentadas na *Europarc Conference*, realizada pela *Europarc Federation* em setembro de 2017, em Portugal. No evento estiveram reunidos cerca de 300 especialistas de mais de 37 países para dialogar durante 5 dias sob o tema “Novas visões, novas vozes e novos valores para pessoas e natureza na Europa”.

Em janeiro de 2018, a metodologia de Conservação em Ciclo Contínuo foi apresentada durante o *Global Congress – From Communities to Countries: Visionary Conservation in a Changing World*, em tradução livre: “Congresso Global – das comunidades para os países: conservação visionária em um mundo em transformação”, realizado no Chile pela ILCN – *International Land Conservation Network* (Rede Internacional de Conservação de Terras). Esse congresso reuniu mais de 160 especialistas de 24 países para discutir especificamente questões afeitas à conservação voluntária em terras privadas.

A proposta teórica de Conservação em Ciclo Contínuo está sendo implementada em caráter piloto na propriedade da empresa Reserva Chico Nunes Participações e Empreendimentos Ltda., que abriga a RPPN Gigante do Itaguaré, localizada na cidade paulista de Cruzeiro, na Serra da Mantiqueira.

SOBRE O TEMA

O bóson, o elétron e a semente

Assim como o bóson de Higgs é a partícula elementar da massa e o elétron é a partícula elementar da matéria, a semente é a partícula elementar da vida. Os ecossistemas, seus ciclos e seus serviços dependem de boas sementes.

Outras sementes ainda estão germinando como o Programa de Turismo Sustentável em RPPNs (ProEcotur-RPPNs), e a Jataí Capital e Conservação Consultores Associados, uma rede multidisciplinar de profissionais com foco em soluções inteligentes para geração de valor a partir de ativos socioambientais em áreas privadas.

Este livro é resultado de uma grande pesquisa de recursos técnicos, humanos e financeiros que possam contribuir para a preservação e expansão de RPPNs, a Conservação em Ciclo Contínuo é o objeto do desejo de qualquer ambientalista e um guia de primeiros socorros para quem decidiu preservar uma área natural mas se sente sem recursos e sem apoio nessa tarefa.

Conservação em Ciclo Contínuo é um conjunto de possibilidades e ações que podem ser rearranjadas e combinadas para manter a roda da boa vontade ambiental em permanente estado de movimento. É uma ideia inovadora e nosso mundo precisa de soluções criativas.

Assim como o Bóson de Higgs, um conceito teórico verificado mas não dimensionado, e o elétron, uma partícula não vista mas já dimensionada, a Conservação em Ciclo Contínuo é a teoria de uma mobilização econômica e ecológica que se autoalimenta a cada peça agregada, é a realização prática de um moto-perpétuo teórico hoje considerado impossível.

Este livro se propõe a refletir sobre isso e permitir que a semente dê bons frutos.

Rogério Raupp Ruschel, editor

PREFÁCIO

Por Brent Mitchell

A participação das Áreas Protegidas Particulares (PPA, no acrônimo em inglês para *Privately Protected Area*) no volume total de zonas protegidas vem crescendo no mundo todo. Em muitos países, e especialmente no Brasil, os proprietários de terra podem criar PPAs por iniciativa própria e atuar como seus gestores, contribuindo assim para a preservação da natureza. Cumprindo certas regras, essas PPAs podem ser classificadas como Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), de acordo com a lei brasileira. Os proprietários têm o direito de fazer isso, mas esse direito implica a responsabilidade de gerir a área de acordo com objetivos de preservação. E essa responsabilidade tem um custo.

Quando buscamos uma definição para as reservas particulares, dizemos que elas oferecem benefícios públicos através de meios privados. Mas quem pode fornecer esses meios a longo prazo? Com frequência, recebo perguntas sobre os incentivos financeiros para as PPAs, e geralmente há um entendimento tácito de que esses incentivos deveriam vir da administração pública. Embora os governos possam oferecer formas diretas de incentivo, em praticamente todos os casos eles são insuficientes; muitos governos nem sequer oferecem algum apoio. Sendo assim, cabe aos proprietários de terras (sejam eles indivíduos, ONGs, empresas, entidades religiosas ou instituições acadêmicas) carregar o fardo da gestão de longo prazo.

Flávio Ojidos mapeia os modelos existentes para que as PPAs classificadas como RPPN sejam sustentáveis a longo prazo. Ele descreve como as RPPNs no Brasil podem gerar lucro, constituir um fundo e financiar a administração de rotina com o lucro gerado por esse capital acumulado (não há nenhum problema inerente ao fato de

uma PPA gerar lucro, contanto que as atividades realizadas para esse fim não contradigam o princípio e as metas de preservação do local).

Os brasileiros têm muitos motivos para se orgulhar de seu sistema de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). Existem hoje cerca de 1500 RPPNs no país, responsáveis pela preservação de aproximadamente 750.000 hectares em todos os seus biomas.

Mas a área total não é o mais importante: as RPPNs costumam estabelecer conexões fundamentais para os corredores ecológicos e oferecer um refúgio para a fauna em regiões onde outros tipos de áreas protegidas são escassas. Criar RPPNs, contudo, pode ser mais fácil do que garantir a proteção a longo prazo. A depender de sua localização e das ameaças enfrentadas, algumas exigem quantidades significativas de recursos para monitoramento, recuperação, segurança, adaptação às mudanças climáticas e pesquisa. Ojidos descreve soluções para o financiamento dos custos permanentes das RPPNs.

Não é apenas a compreensão de como as áreas de reservas particulares funcionam que vem crescendo: o financiamento desse tipo de reserva também passa por uma expansão. Este livro de Ojidos é uma nova contribuição para o campo. Seus modelos são universais e se baseiam na experiência e nas oportunidades das RPPNs brasileiras.

As reservas particulares podem durar para sempre. Este livro descreve como é possível garantir o seu apoio financeiro no longo prazo.

Brent Mitchell é Vice-presidente do QLF Atlantic Center for the Environment. Presidente do Grupo de Especialistas em Áreas Protegidas Particulares e Gestão da Natureza, da Comissão Internacional de Áreas Protegidas da UICN – União Internacional para Conservação da Natureza.

INTRODUÇÃO

Por Haroldo Mattos de Lemos

No Brasil, assim como em outros países em desenvolvimento, existe uma grande dificuldade para se conseguir recursos para proteção/conservação da natureza e da biodiversidade, em virtude de outras prioridades mais imediatas como saúde, habitação e saneamento.

O Parque Nacional de Itatiaia, o primeiro do Brasil, criado pelo Decreto n.º 1.713, de 14 de junho de 1937, abrangia inicialmente uma área de 11.943 hectares na Serra da Mantiqueira, entre os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Como não havia recursos para desapropriação, os proprietários foram autorizados a permanecer no local, usando suas casas, mas proibidos de fazer ampliações nas residências ou novas construções.

Assim como o Parque Nacional de Itatiaia, vários outros Parques Nacionais, Estaduais e Municipais foram criados sem que os recursos para desapropriação estivessem garantidos, o que causou posteriormente dificuldades na sua consolidação.

A ideia das Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs como unidade de conservação particular criada pela vontade de seu proprietário e a ser preservada em caráter perpétuo, foi genial. As RPPNs foram criadas em 1990 pelo Decreto n.º 98.914, substituído pelo Decreto n.º 1.922/1996. Com a Lei n.º 9.985/2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, as RPPNs passaram a ser uma das categorias de Unidades de Conservação do grupo de uso sustentável. As RPPNs permitem que a sociedade civil contribua voluntariamente para a proteção/conservação da natureza e da biodiversidade, incluindo os seus serviços ecossistêmicos, cujo valor para a humanidade foi ignorado até bem pouco tempo.

Este livro do Flávio Ojidos, que apresenta oportunidades de geração de recursos para estas áreas protegidas particulares, assim como a proposta de “conservação em ciclo contínuo”, que pode garantir a perenidade de recursos financeiros para as RPPNs, nos abrem oportunidades fantásticas para a ampliação da participação da sociedade civil nesta área fundamental para a sustentabilidade futura da Humanidade.

Haroldo Mattos de Lemos é *Presidente da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro – SEAERJ, do Conselho Técnico da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e do Comitê Brasileiro de Normalização. Professor e coordenador de MBAs na Fundação Getúlio Vargas – FGV. Presidente do Instituto Brasil PNUMA (Comitê Brasileiro do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) de 1991 a 2015; Secretário do Ministério do Meio Ambiente de 1994 a 1999; Vice-Diretor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente de 1982 a 1987. Comendador da Ordem do Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores, 1988.*

SOBRE O AUTOR

Por Sonia Wiedmann

...E, no alto da Serra da Mantiqueira, numa bela área de floresta nativa, as árvores amedrontadas se inquietavam como que intuindo o desmatamento que avançava perto delas, grande ameaça, bem como o perigo da terra que se soltaria morro abaixo, a água que acabaria, a seca superveniente, incêndios e os venenos que seriam lançados! Uma área, onde ainda hoje se descobrem novas espécies arbóreas, de extrema importância para a biodiversidade, mas tremendamente ameaçada, como todo o bioma Mata Atlântica!...

... Foi então que um jovem empreendedor, valente, cheio de sonhos e brilho nos olhos adquiriu, no final de 2013, juntamente com um grupo de amigos, uma bela área de 487 hectares, onde está sendo criada, em 358 ha., a RPPN GIGANTE DO ITAGUARÉ, e pelo menos esta parte da floresta está salva!...

Seu nome é Flávio Ojidos. É nesta área que ele está colocando em prática o desenvolvimento de todos os “cases” que ele teoriza nesta obra advindos da preocupação com a manutenção e o manejo de sua RPPN, preocupação essa comum a todos os 1500 proprietários de RPPNs existentes, representativas de todos os biomas do Brasil.

A criação de uma RPPN tem sido uma profissão de fé. As dificuldades, de ordem política ou social e, sobretudo, de ordem econômico-financeira, não são poucas, tanto para a criação como para a gestão dessas reservas privadas. Os proprietários dessas RPPNs se ressentem muito da ausência de alternativas que os apoiem, tanto na criação e no manejo, quanto na manutenção dessas áreas protegidas.

Flávio foi atrás dessas soluções e trabalhou muito dentro da perspectiva de aplicá-las com bons resultados para esses proprietários

que, como ele, destinaram parte de suas propriedades, ou a propriedade inteira, à preservação ambiental.

Flávio Ojidos, nascido em São Paulo em 1978, é advogado formado pela UNICID – Universidade Cidade de São Paulo e, como bom taurino, determinado, trabalhava durante o dia para pagar seus estudos à noite. Formou-se em 2000, e tornou-se, desde então, mais um atuante advogado ambientalista no país.

Não foi com a compra da área da RPPN que Flávio entrou no universo das reservas privadas. Desde 2005, como Diretor de Relações Institucionais na Federação das Reservas Ecológicas Particulares do Estado de São Paulo – FREPESP, Flávio começou a trabalhar com as reservas particulares em parceria com João Rizzieri, grande figura precursora das RPPNs paulistas. Trabalharam juntos na revisão da Lei do ICMS Ecológico de São Paulo e Flávio coordenou as pesquisas que deram origem à publicação “Caminho das pedras – manual de acesso às fontes de recursos públicas nacionais para proprietários de RPPN”, com apoio técnico e financeiro do WWF Brasil. Foi essa a pedra fundamental das buscas do autor sobre como “pagar a conta” da conservação nas reservas privadas.

Em 2006, em parceria com seu grande amigo Enderson Marinho, montaram uma empresa de consultoria ambiental na qual realizaram diversos trabalhos relacionados à conservação em terras privadas e seguiram por anos colaborando voluntariamente com o movimento paulista de RPPNs. Em 2013, um acidente trágico abreviou a passagem do nosso querido Enderson por esse plano. Foi com serenidade e resiliência que Flávio superou a perda do seu amigo e seguiu em frente para fazer acontecer tudo o que haviam sonhado juntos. Enderson estará para sempre em nossos corações!

Ainda em 2013, Flávio assumiu a cadeira de Conselheiro Deliberativo da FREPESP deixada por Enderson e, mais uma vez com apoio do WWF Brasil, apoiou o desenvolvimento, entre outros trabalhos, do “Diagnóstico das RPPNs Paulistas” que ensejou tanto a parceria com a Polícia Ambiental de São Paulo quanto o programa de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA para as RPPNs paulistas.

Na sequência, não faltaram organismos apoiadores à busca incessante de Flávio por apoio às RPPNs como a TNC, WWF, além de um grande número de RPPNistas. Foram inúmeras as palestras, cursos e treinamentos de bons resultados que Flávio ministrou e continua ministrando ao longo destes 13 anos para fazer acontecer alguma coisa que favoreça as RPPNs, para alegria e tranquilidade de seus proprietários, que verão coroados seus esforços de conservação ambiental.

Ainda dentro da seara do direito ambiental, Flávio assessora a prospecção de áreas para a compensação de Reserva Legal prevista na Lei Florestal, além de trabalhar no desenvolvimento de mecanismos inovadores para a geração de recursos financeiros com base no capital natural, visando à sustentabilidade financeiras das reservas privadas. Para isso, em 2008, estruturou o **Banco de Áreas Verdes**, que atua em todo o Brasil e funciona como uma agência fomentadora de negócios ambientais. Em 2017, idealizou a **Jataí Capital e Conservação Consultores Associados**, uma rede multidisciplinar de profissionais criada para desenvolver projetos inovadores, com vistas à geração de recursos estratégicos a partir dos ativos naturais existentes em propriedades particulares, considerando o patrimônio social, cultural e ambiental da região onde essas áreas estão inseridas.

Tive a alegria de conviver com o Flávio quando ele, juntamente com o Laércio Sousa, estiveram à frente da Confederação Nacional de RPPN – CNRPPN e pude sentir a vibração e a energia que ambos

dedicaram à causa RPPNista, mobilizando um grande número de pessoas e organizações públicas e privadas, num trabalho com muitos bons resultados.

Esta obra demonstra bem o seu espírito valoroso e investigativo em sua busca incessante de distintas alternativas socioeconômicas para as nossas preciosas Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

Longa vida, saudável e produtiva ao nosso querido Flávio e a sua RPPN GIGANTE DO ITAGUARÉ! Essa dupla pode, com certeza, melhorar, e muito, a realidade da conservação em terras privadas no nosso tão ameaçado Brasil!

Sonia Wiedmann é Doutora em Direito Internacional do Meio Ambiente pela Universidade de Strasbourg (França). Procuradora aposentada do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e uma das principais responsáveis pela idealização do instituto jurídico RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural.

SOBRE A OBRA

Por **Judith M. LaBelle, Esq.**

A importância da iniciativa privada para a proteção de áreas naturais estratégicas vem sendo cada vez mais reconhecida na medida que se torna claro que, independentemente do país em questão, os governos não serão capazes de assumir essa empreitada sozinhos. Muitas vezes, os esforços de preservação são realizados com muito entusiasmo e existe um grande senso de urgência frente às ameaças imediatas a um ecossistema ou a algumas espécies específicas. Contudo, são comuns as dificuldades para garantir o apoio financeiro necessário para as atividades de rotina e a manutenção a longo prazo dessas áreas de reserva.

A abordagem proposta por Flávio Ojidos permite a identificação de um leque de oportunidades para gerar lucro e, com o tempo, até mesmo constituir um fundo que garanta os recursos financeiros necessários no longo prazo.

Ao reconhecer que não existe uma “bala de prata” e que as opções disponíveis podem mudar ao longo do tempo, a abordagem de Ojidos pode ajudar a estimular uma análise mais robusta que seria de grande valor para todos os indivíduos, corporações ou organizações não governamentais que cogitam criar uma nova área de reserva.

Judith M. LaBelle é Presidente Emérita da Glynwood Inc., uma ONG que apoia os sistemas de produção de alimentos regionais e a proteção das paisagens culturais e de trabalho, com sede em Hudson Valley, no estado de Nova York. Atualmente, ela é membro da GRACE Communications Foundations e membro do Conselho da Change Food Inc. e da Rede Internacional de Conservação de Terras. Ela já participou do conselho de Scenic Hudson, The Scenic Hudson Land Trust, The Hudson River Foundation for Science and Educational Research, The Preservation League of NYS (onde foi chefe) e outras organizações ambientais, além de ser cofundadora da Maya Hands.

Por Laercio Machado de Sousa

Ao longo de 17 anos (2001 a 2018), a Associação de Proprietários de Reservas Particulares do Mato Grosso do Sul – REPAMS buscou promover o engajamento de novos proprietários em prol da ampliação e em favor da conservação ambiental. Foi ao longo dessa linda caminhada que conheci o Flávio Ojidos, que acabou se tornando meu melhor e mais amado amigo nessa árdua e motivante caminhada conservacionista.

Em 2005, convidei a recente associação de RPPNs do Estado de São Paulo para participar de um encontro de proprietários de RPPN do Mato Grosso do Sul. O então presidente da associação paulista, meu amigo João Rizzieri, trouxe consigo um jovem cabeludo, falante e ainda verde no assunto, mas muito empenhado e querendo participar a todo custo do movimento e do evento. Foi assim que começou a nossa relação de amizade, respeito e parceria que culminou com a diretoria, eleita em 2014/2015, da Confederação Nacional de RPPN.

Desde que nos conhecemos sempre tivemos, Flávio e eu, longas e boas conversas a respeito dos gargalos dos proprietários de RPPN e quais seriam as possibilidades reais desse pedaço de terra voluntariamente dedicado à conservação em caráter perpétuo ser algo valorizado pela sociedade e como poderia trazer reais benefícios aos seus proprietários, já que toda a sociedade se utiliza, diretamente e indiretamente, dos serviços ecossistêmicos gerados nessas reservas.

Dessa forma, com o objetivo de gerar mudança de consciência, quebrar paradigmas e estimular o respeito aos proprietários de RPPN, acredito que essa obra vem para trazer uma luz para que a gestão dessas reservas seja realizada de forma conjunta e integrada, tendo em vista as várias possibilidades de geração de recursos descritas pelo autor.

Em 28 anos, desde que surgiram as RPPNs no Brasil, muitos proprietários tornaram-se reconhecidos pela determinação, entusiasmo, persistência e dedicação. Os motivos que levam proprietários rurais a transformar parte de suas terras em Reserva Particular de Patrimônio Natural – RPPN são desafiadores e inspiradores.

De outro lado, existem outras pessoas que se engajam nessa causa e mesmo sem ter uma RPPN dedicam-se de forma abnegada. Assim foi com Flávio Ojidos, com a diferença de que ele acabou se tornando um proprietário de RPPN com o passar dos anos.

Flávio “Gigante do Itaguaí”, agora plenamente certificado, deixa inscrito na memória da conservação voluntária brasileira o legado que é de poucos, mas pertence e pertencerá a muitos e muitos brasileiros!

RPPN: quem conserva merece apoio.

Laercio Machado de Sousa é Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Paulista, é empresário e ambientalista. Tem ampla atuação com Reservas Particulares do Patrimônio Natural desde 2001. Além de gestor de 2 RPPNs, é o atual presidente da Associação de Proprietários de RPPN do Mato Grosso do Sul (REPAMS) e foi presidente da Confederação Nacional de RPPN entre 2014 e 2015. É membro do Comitê Consultivo de RPPNs do Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade (ICMBio). Presidente da Reserva da Biosfera do Pantanal; Conselheiro do COBRAMAB – Conselho Brasileiro Homem e Biosfera, representando o Bioma Pantanal. Conselheiro do Instituto do Homem Pantaneiro – IHP e do Instituto Arara Azul.

Por Thomas Brieu

Quando comprei o pedaço de terra que hoje virou a reserva do LaFigueira estava inicialmente procurando uma terra produtiva. Naquela época, trabalhava com agronegócios e estava obcecado pela eficiência do reino vegetal em transformar energia solar em combustível, lipídios, proteínas, carboidratos, celulose etc. Mesmo assim foram as árvores de Piracaia que levaram as minhas economias.

O meu avô já tinha despertado em mim a admiração pela nobre tarefa das árvores no ciclo da vida. Aprendi como elas atraem e acolhem as gotas de chuva e as levam cuidadosamente para dentro da terra evitando a erosão, como elas promovem o milagre da vida subterrânea junto às minhocas, aos fungos e às bactérias, e como elas abastecem novamente as nuvens.

Claro que quando investi na reserva substituí minha ambição de retorno econômico pelo convívio com as árvores, a natureza, a vista e a qualidade de vida. Optar por ser o guardião de uma floresta em regeneração era para mim um “abrir mão” de toda esperança produtivista, em prol de um ideal pessoal e isolado.

Agora existe um paradoxo estrutural, uma contradição latente: como um ser humano, cuja vida é muito limitada em relação à expectativa de vida de uma floresta, pode perpetuar a sua vontade de preservação além da sua própria vida?

O dia em que conheci o Flávio Ojidos, quando ele me entregou o certificado da RPPN LaFigueira, minha visão mudou! Primeiro porque percebi que não estava sozinho e que de repente fazia parte de uma comunidade de pessoas compartilhando o mesmo ideal. Segundo porque verifiquei que existia um caminho para tornar a minha experiência isolada em algo escalável e economicamente sustentável trazendo a

possibilidade de compartilhar o nosso propósito com inúmeras pessoas que não sabiam por onde começar e sobre tudo no longo prazo. Algo que o Flávio corajosamente já tinha começado, não apenas com o seu trabalho de mestrado, mas sobretudo colocando em prática seus dizeres com a sua iniciativa na reserva de Cruzeiro.

Existe uma forte tendência em polarizar o assunto da sustentabilidade: de um lado os coitadinhos da ecologia, incluindo o ser humano, e do outro os vilões do capitalismo. Mesmo que possa não estar correto, decidi acreditar que não existe intencionalidade e que não existem vilões. Apenas existem seres humanos que possuem uma visão limitada e incapaz de abranger a complexidade do mundo no qual estão inseridos e acabam pagando caro suas experiências de “aprendiz de feiticeiro”.

Mesmo assim, existe uma oportunidade única no Brasil que nasce de uma conjunção de fatores como legislação ambiental, cenário econômico, geografia, entre outros, que pela primeira vez vai permitir usar as regras do jogo para cuidar das árvores e reconhecer de forma direta ou indireta a contribuição das reservas florestais para a sociedade. Considero que este livro do Flávio é a pedra fundamental desse caminho.

Thomas Brieu é Franco-Brasileiro, sócio-agro-economista, foi diretor e administrador de empresa multinacional tendo atuado em sua implementação em Portugal e no Brasil. Desenvolveu um método que mapeia os padrões de linguagens não produtivos e propõe alternativas eficientes de comunicação como uma nova ecologia da linguagem baseada na escutatória e no storytelling ao vivo. Também se dedica à preservação da RPPN LaFigueira, em Piracaia – SP, no meio da qual oferece seus treinamentos.

Por Carlos Alberto Bernardo Mesquita

Há quase 20 anos publiquei meu estudo de mestrado, abrangendo 118 reservas naturais privadas de 12 países da América Latina. Foi um dos primeiros diagnósticos realizados sobre as áreas protegidas de propriedade privada. Um dos resultados encontrados foi a identificação dos fatores ou características que contribuem para o êxito desse tipo de reserva. Êxito nesse caso foi definido como o grau de cumprimento dos objetivos de conservação e de gestão estabelecidos pelos proprietários para suas reservas.

Ao contribuir com o projeto de mestrado do Flávio Ojidos, não pude deixar de lembrar de dois dos principais fatores identificados como relevantes para o sucesso das reservas privadas. Enquanto 83% das reservas mais bem-sucedidas investiam em pesquisas, tanto para ampliar o conhecimento sobre a natureza que protegiam, quanto para aperfeiçoar seus sistemas de gestão, nenhuma das reservas com os piores desempenhos realizavam estudos ou monitoramento. E dois terços das reservas com melhor desempenho adotavam métodos de planejamento e controle do fluxo de caixa, contra apenas 8% daquelas menos exitosas.

A conservação em ciclo contínuo, proposta por Ojidos, contempla um modelo de planejamento e gestão financeira que permitirá aos proprietários de RPPNs reconhecer, entre um amplo espectro de oportunidades, as atividades mais promissoras para assegurar os recursos necessários ao cumprimento dos seus objetivos. Em outras palavras, oferece uma ferramenta decisiva para o planejamento e, por consequência, para o sucesso nas suas intenções de conservação e gestão.

Carlos Alberto Bernardo Mesquita é Engenheiro florestal, mestre em Conservação da Biodiversidade e doutor em Ciências Ambientais e Florestais. Desde 1996 dedica-se a estudar e apoiar ações de conservação em terras privadas. É autor de dezenas de publicações sobre o tema, incluindo “A natureza como o maior patrimônio: Desafios e perspectivas da conservação voluntária em áreas protegidas privadas no Brasil”.

Por Lúcio Flavo Marini Adorno

Esta obra traduz o que passa no pensamento conservacionista de iniciativa privada no país, seus desafios e buscas em alcançar a prática da proteção de milhares de hectares da terra brasileira. Aliar preservação e produção sustentável é uma tarefa adotada por uma nobreza de propósitos e princípios, legando chance de futuro às novas gerações que estão vindo nesse fechar da segunda década do século XXI.

De segura qualidade acadêmica, este trabalho contextualiza as políticas públicas que deveriam servir de efetivo amparo ao estabelecimento de reservas de patrimônio natural e, ao apontar suas limitações, desenvolve uma importante reflexão em busca de alternativas práticas e replicáveis como um procedimento metodológico.

Dessa contextualização, o resultado é um leque de opções que o adepto ao movimento RPPNista pode utilizar para transformar seu sonho em realidade, ao aprender como gerir estrategicamente seu projeto de reservar longa vida ao chão de biodiversidade de onde convive. Eis um recurso especial que empoderará todo idealista pela conservação da natureza tornando-o um empreendedor determinado e capacitado a alcançar sustentabilidade nessa missão.

Lúcio Flavo Marini Adorno é Geógrafo e Mestre em Planejamento Ambiental pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, Doutor em Gestão e Ordenamento Territorial pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Docente há 15 anos em Educação Ambiental no curso de Engenharia Ambiental da Universidade Federal do Tocantins – UFT. Diretor Executivo da Associação de RPPN do Tocantins. Vice-Presidente da Confederação Nacional de RPPNs. Vice-Presidente do Mosaico Jalapão de Unidades de Conservação. Instituidor da Reserva de Patrimônio Natural Catedral do Jalapão (ICMBIo / MMA). Embaixador da Green Destinations no Brasil.

SUMÁRIO

Capítulo 1 Conservação voluntária: histórico, dados, peculiaridades e reflexões.....	35
1.1 Histórico da Conservação Voluntária em Terras Privadas	39
1.2 Quantidade de RPPNs e tamanho da área protegida no Brasil	49
1.3 RPPN: uma reserva muito particular	55
1.4 A busca da economia ecológica	64
Capítulo 2 Oportunidades de recursos em RPPN	69
2.1 Recursos necessários para a boa gestão.....	71
2.2 Espectro de oportunidades de geração ou obtenção de recursos para RPPNs	74
2.2.1 Ingressos para visitação (turismo, recreação e educação ambiental)	77
2.2.2 Hospedagem	81
2.2.3 Alimentação	82
2.2.4 Venda de produtos – loja física e virtual	83
2.2.5 Promoção de eventos, cursos e treinamentos	84
2.2.6 Banco de imagens	86
2.2.7 Compensação de Reserva Legal ou por supressão de vegetação nativa	89

2.2.8	Isenção de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR	91
2.2.9	Pesquisa científica	92
2.2.10	Pagamento por Serviços Ambientais	93
2.2.11	ICMS Ecológico	98
2.2.12	Bioprospecção	101
2.2.13	Fontes de recursos não onerosos ou não reembolsáveis	103
2.2.14	Marketing relacionado à causa	105
2.2.15	Financiamento coletivo	109
2.2.16	Programas de voluntariado	111
2.2.17	Cotas de Reserva Ambiental	112
2.2.18	Mercado de carbono florestal	114
2.2.19	Isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU	116
2.2.20	Compensação por significativo impacto ambiental	118
2.2.21	Plano de apoio à proteção das RPPNs	120
2.2.22	Transferência do potencial construtivo	122
2.3	Outras possibilidades	124
Capítulo 3	Modelo econômico de ciclo contínuo como estratégia de sustentabilidade financeira para gestão de RPPNs	129

3.1 Considerações iniciais	131
3.2 Foco no momento presente	134
3.3 Uma questão de valores	135
3.4 Qual o custo de gestão mínimo necessário para a RPPN?	138
3.5 Fluxograma para aplicação do modelo	140
3.6 Mecanismo de funcionamento da estruturação do Fundo de Ciclo Contínuo	144
3.7 Análise de cenários	147
3.7.1 Valores atribuídos às variáveis	147
3.8 Simulação de cenários de formação de Fundo de ciclo contínuo em casos hipotéticos	154
3.8.1 Simulação da RPPN.Hipótese.01	154
3.8.2 Simulação da RPPN.Hipótese.02	160
3.8.3 Simulação da RPPN.Hipótese.03	166
3.9 Comparativo da relação “R\$/ha./ano”	172
Capítulo 4 Considerações finais	175
Referências	183